

ENADE: IMPACTOS DA CATEGORIA ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E NÚMERO DE PARTICIPANTES NO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

ENADE: IMPACTS OF ADMINISTRATIVE CATEGORY, ACADEMIC ORGANIZATION AND NUMBER OF PARTICIPANTS IN THE PERFORMANCE OF STUDENTS

Luciana Merlin Bervian¹

Marianna Corrêa²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a relação entre os conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e a organização acadêmica da instituição participante e o número de estudantes inscritos por cada uma delas. O tratamento dos dados ocorreu através de estatística descritiva e análise multivariada. Por fim apresentou-se os resultados sobre os impactos no conceito do ENADE considerando o número de alunos elevado participantes no ENADE, a categoria de organização acadêmica da IES e a relação do desempenho no conceito ENADE entre IES públicas e privadas.

Palavras-chaves: ENADE. Gestão acadêmica. Políticas Públicas de Avaliação.

ABSTRACT

This study aims to bring a reflection on the relationship between the concepts obtained from the Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (National Student Performance Examination) – ENADE and academic organization of the participating institution and number of students enrolled by each of them. Data analysis occurred through descriptive statistics and multivariate analysis. Finally presented the results of the impacts on ENADE concept considering the high number of students participating in ENADE, the category of academic organization of HEIs and the performance in ENADE concept between public and private HEIs.

Keywords: Public Policies on Evaluation. ENADE. Academic management.

¹ Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Diretoria do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão – UNIVALI. Mestre em Administração – UFSC e Doutoranda em Administração – UNIVALI. Rua Indaial, 161, Apto 802 Torre B, Itajaí-SC, 88303-301. (47) 9963-8961 E-mail: lumerlin@univali.br

² Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Professora dos Cursos de Administração e Comércio Exterior e Professora Responsável pelo Apoio Pedagógico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Gestão – UNIVALI. Mestre em Educação – UNIVALI e Doutoranda em Educação – UNIVALI. Rua Uruguai, 529, Apto 402, Itajaí-SC, 88302-203. (47) 9145-8843. E-mail: mariannacorrea@univali.br

Introdução

Este estudo tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a relação entre os conceitos obtidos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE 2012 e a organização acadêmica da instituição participante e número de estudantes inscritos por cada uma delas, especificamente dos Cursos de Administração do Estado de Santa Catarina. Para melhor compreender a temática do estudo é fundamental saber que a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, especificamente no seu Art. 33-D, normatiza o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e evidencia que seu objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação. O ENADE integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES que é formado por três componentes: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. (INEP, 2011).

Divulgado juntamente com os resultados do ENADE de cada área, o Conceito Preliminar de Curso – CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos superiores, sendo calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES. (INEP, 2011).

O Conceito ENADE é um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos numa prova, que é realizada a cada três anos por área. Cabe destacar que anualmente é publicada a Portaria que estabelece os procedimentos da avaliação da área daquele respectivo ano. Contudo, alguns critérios permanecem válidos desde 2004, ano em que a Lei 10.861 foi promulgada, criando assim SINAES. Desde então, o ENADE substitui o Exame Nacional de Cursos – Provão, que foi realizado de 1996 a 2003.

Assim, desde 2004, os acadêmicos das áreas avaliadas seguem as seguintes regras, das quais destacam-se as principais:

- ENADE como componente curricular obrigatório: conforme disposição do art. 5º, § 5º, da Lei nº. 10.861/2004, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular com relação a essa obrigação. O estudante selecionado que não comparecer ao Exame estará em situação irregular junto ao ENADE.

- Estudantes participantes: todos os acadêmicos concluintes do curso que até o final do primeiro semestre do ano da avaliação concluir mais de 80% (oitenta por cento) da carga horária mínima do currículo do curso da IES até o término do período previsto em portarias divulgadas em cada ano.
- Obrigatoriedade da realização o exame: a participação do estudante habilitado ao ENADE é condição indispensável ao registro da regularidade no histórico escolar, assim como para a expedição do diploma pelas Instituições de Ensino Superior - IES.

Este movimento tem como marco a década de 1990, quando o Estado Brasileiro, influenciado pelas políticas neoliberais emanadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), passou a não atuar mais como exclusivo provedor da educação superior, abrindo espaço para a atuação da iniciativa privada. Neste momento, o Estado viu-se obrigado a atuar como regulador e avaliador. Uma característica deste período foi a expansão livre e de qualidade duvidosa das IES, financiada pelo setor privado com fins lucrativos (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, tradução nossa) .

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em dezembro de 1996, que afrouxou as restrições regulatórias que dificultavam a expansão da oferta de ensino superior por instituições privadas, o número de IES e matrículas tiveram um acentuado aumento. Em 1997 havia cerca de 1,2 milhões e 0,8 milhões de matrículas no ensino superior, respectivamente, privado e público. Em 2011 houve um salto para 4,2 milhões de matrículas nas instituições privadas e 1,6 milhões nas instituições públicas. Quanto à participação de matrículas nas instituições públicas e privadas em 1997 a proporção era de 61% privado e 39% público e em 2011, 72% em IES privadas e 28% nas públicas (MEC, 2012).

Martins (2009) ilustra essa situação explanando que entre 1990 e 2002, a demanda por educação superior cresceu aproximadamente 160% e a oferta de vagas 252%. Com a retração das vagas da rede federal, essa demanda foi absorvida praticamente em sua integralidade pelas instituições privadas.

De acordo com Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior são classificadas de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas como faculdades, centros universitários e universidades. Neste estudo destaca-se a organização acadêmica como universidade por se caracterizar pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exigindo maior investimento na produção intelectual

institucionalizada, um terço do corpo docente (pelo menos) com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Nesse sentido, o *status* de “Universidade” *a priori* evidencia um maior investimento no ensino de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, que retorna para a sala de aula da graduação na forma de pesquisas e casos práticos. Neste caso, o foco principal das universidades é a qualidade de ensino por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, não estando exclusivamente orientadas para o mercado ou visando lucros, uma vez que este é investido no tripé que sustenta sua missão institucional.

Em relação à gestão acadêmica, Prates, Silva e Paula (2012) afirmam que as IES orientadas para o lucro apresentam um modelo de gestão tipicamente mercantilista e empresarial, e têm como objetivo eliminar as tensões geradas no meio acadêmico e empresarial. Entretanto, os autores afirmam que a insegurança do emprego, a instabilidade das atividades docentes, faz com que os professores se sintam integrados num ambiente de competição, afetando diretamente o nível da qualidade acadêmica da formação dos estudantes. Logo, por um lado tem-se um número elevado de matrículas no ensino privado e por outro temos um corpo docente sensibilizado em virtude da mercantilização.

Quanto às IES híbridas que são de natureza pública, mas de direito privado, no caso das instituições comunitárias/confessionais/filantrópicas, Prates, Silva e Paula (2012) destacam que estão vivendo um período de tensão entre os dois modelos de gestão, ou seja, o modelo frouxo, anárquico das universidades de pesquisa e do modelo empresarial generalista, das IES orientadas para o lucro. Isso porque estão enfrentando as dificuldades do excesso de oferta e da baixa do número de matrículas, que afeta drasticamente os seus resultados financeiros. Os autores destacam que estas IES estão enfrentando dificuldades em criar um ambiente acadêmico estimulante, pois os professores/pesquisadores desenvolvem suas pesquisas extraclasse, sem receber estímulos do sistema de gestão.

Podendo ser reflexo das transformações da gestão acadêmica, a obrigatoriedade da prova tem despertado inúmeras discussões acerca do desempenho dos acadêmicos concluintes. Os chamados “boicotes” são corriqueiros e ilustram os descontentamentos dos estudantes que podem ser oriundos da imposição do exame, de problemas com a Instituição de origem (estrutura física, corpo docente, entre outros), entre outras questões. De acordo com um levantamento realizado pelo INEP (2011), no ENADE de 2012, 0,56% das provas foram deixadas em branco e foram constatados casos em que os estudantes responderam parte das questões e anularam as demais. Ainda em 2012, cerca de 30% dos

cursos avaliados no ENADE tiveram resultado insatisfatório com notas 1 e 2, lembrando que a escala é de 1 a 5.

Outra questão popular diz respeito às diferenças dos estudantes de instituições públicas e privadas, no que diz respeito ao desempenho no exame. Frequentemente são noticiadas informações na imprensa brasileira comparando ensino superior público e privado. As discussões permeiam desde a excelência do ensino em algumas universidades federais e estaduais até a mercantilização da educação promovida pelas ditas empresas educacionais, que objetivam abertamente o lucro. Além disso, supostamente a visão sobre as universidades recaem num nível maior de qualidade em função dos investimentos necessários para manter o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, considerando que os estudantes são avaliados pelo ENADE ao final de seus cursos, que há excessiva oferta de vagas no ensino superior, que há facilidade de acesso as IES privadas, que questões administrativas podem afetar a motivação dos estudantes em relação à prova, que o desempenho dos docentes afeta a qualidade do ensino, questiona-se se:

- O número elevado de alunos participantes do ENADE impacta negativamente no conceito da IES?
- A organização acadêmica universidade impacta positivamente no conceito ENADE?
- O desempenho no conceito ENADE é maior nas IES públicas?

Para a realização do estudo foram selecionados os Cursos de Administração que participarem do ENADE 2012 com base nas análises de Correa e Bervian (2014). As autoras destacam que nos três ciclos avaliativos do SINAES (2006, 2009 e 2012) ficou evidenciado importantes mudanças na elaboração da prova e que se acentuaram no ENADE 2012, ano em que o desempenho dos estudantes dos cursos de administração no Brasil obtiveram o menor desempenho dos três ciclos da área. A categorização da prova do ENADE 2012, de acordo com as autoras, materializa as mudanças apresentadas na Portaria INEP N° 201/2012, quando foram alteradas as competências, perfil profissional e objetos de conhecimento.

Por este motivo, a prova em 2012 foi constituída de questões híbridas que possuem uma tipologia mais complexas, uma vez que combinam textos, gráficos, tabelas com opções múltiplas ou afirmações de asserção e razão, exigindo dos acadêmicos processos cognitivos mais elaborados. Logo, o ciclo avaliativo de 2012, além de apresentar o menor desempenho dos estudantes de administração do Brasil, ocorreu numa época em que a

oferta de vagas nos cursos de administração é uma crescente, ilustrando a facilidade de acesso ao curso.

Céleres informações sobre o ENADE

A linha do tempo até os dias atuais apresenta uma série de iniciativas governamentais no sentido de efetivar uma política nacional de avaliação da educação superior capaz de mensurar a qualidade do ensino oferecido nas IES. Pode-se dizer que no Brasil as políticas de avaliação ganharam relevância a partir dos anos 1980. Entretanto, ações isoladas marcam o histórico da avaliação da educação superior já na década de 1960, quando o Governo encomendou uma série de estudos para investigar a crise da universidade, de forma a embasar a Reforma da Educação Superior de 1968. “Destacam-se, nos anos de 1960, o Plano Atcon, as orientações da Associação Internacional de Desenvolvimento, o Relatório Meira Matos e o Relatório do Grupo de Trabalho Universitário [...]”. (ZAVANDALLI, 2009, p. 387).

Nos anos 1970, as iniciativas relevantes de avaliação da educação superior foram no nível da pós-graduação, com a definição da operacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim, somente nos anos 1980 a graduação passa a ser o centro das discussões. (SANDAVALLI, 2009).

Entre a década de 1980 e 1990, contribuições significativas no campo da avaliação da educação superior foram emanadas pelo Governo. Destaca-se neste período o Programa de Avaliação de Reforma Universitária (PARU); a Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (CNRES); o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES); e o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB). Na segunda metade da década de 1990, o Governo assume uma postura de “Estado Avaliador”, vinculando a regulação aos resultados dos processos avaliativos. Neste período, a tentativa era de constituir um sistema de avaliação da educação superior, que foi materializada pelo Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão. (BARREYRO, ROTHEN, 2008).

Contudo, o início de um novo Governo em 2003 trouxe significativas mudanças nas políticas educacionais brasileiras. Em 10 de abril de 2004, a Lei nº 10.861 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação quanto à oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e a

promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior (BRASIL, LEI Nº 10.861/2004). Para viabilizar essa avaliação, que ocorre em ciclos trienais, o SINAES está estruturado em três pilares básicos: a) a avaliação institucional (na qual está incluída a autoavaliação); b) a avaliação de cursos (externa – in loco); e c) a avaliação de desempenho dos estudantes, desenvolvida pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

O ENADE está previsto na Lei do SINAES como um dos instrumentos de avaliação do sistema. Aplicado desde 2004, o ENADE foi elaborado para alterar a forma de avaliação da educação superior vigente até 2003, com o Provão.

O INEP é o responsável por realizar o ENADE, sob homologação da CONAES e com o apoio técnico de Comissões Assessoras por área, garantindo assim que as especificidades de cada área sejam preservadas. Para a elaboração da prova, o INEP possui um banco de itens, elaborado por especialistas, que tomam como base os conteúdos programáticos presentes nas diretrizes curriculares nacionais dos respectivos cursos e as habilidades e competências adquiridas em sua formação (MEC, PORTARIA NORMATIVA Nº 40/2007).

Componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, o exame é aplicado em periodicidade trienal, sendo admitida a utilização de procedimentos amostrais. A aplicação do ENADE é acompanhada de um questionário destinado a levantar o perfil dos estudantes e a percepção destes em relação à prova e à IES. O resultado do ENADE é expresso em conceitos, ordenados em uma escala com 5 níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, LEI Nº 10.861/2004).

A Prova do ENADE é composta por 40 questões, das quais 10 são referentes a assuntos de Formação Geral e 30 de Componente Específico da área. No componente de Formação Geral é investigada a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive. No Componente Específico da área da Administração, entre outros objetivos, busca-se acompanhar o processo de aprendizagem e desempenhos dos estudantes e verificar a aquisição dos conhecimentos, habilidades e competências necessários ao pleno exercício da profissão e da cidadania. Tanto a avaliação de Formação Geral quanto de Componente Específico é constituída de questões objetivas e discursivas, as quais são definidas por portarias emanadas pelo INEP, assim como os pesos das questões e dos componentes (INEP, PORTARIA Nº 201/2012, PORTARIA Nº 122/2009, PORTARIA Nº 117/ 2006).

O estudo

Considerando-se o objetivo e a forma como se desenvolveu o estudo, esta pesquisa é caracterizada como quantitativa. A fonte de dados da pesquisa se caracteriza como uma fonte secundária, pois são oriundos da base de dados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP com os resultados do ENADE 2012. Os dados foram tratados com testes de estatística univariada e multivariada. Primeiramente apresentou-se a estatística descritiva para posteriormente tratar os dados com o teste ANOVA, realizando uma análise de variância. Utilizou-se também o coeficiente de correlação de Pearson e o teste *t-Student*. Na análise multivariada adotou-se uma análise discriminante por meio dos testes de Wilk's Lambda e F-ANOVA. Todos os testes foram realizados com o software SPSS 22, com auxílio do Excel 2010. Salienta-se que os testes estatísticos foram selecionados com base nas hipóteses almejadas e com as características das informações apresentadas na base de dados do estudo.

Para realizar a análise da relação entre os conceitos obtidos no ENADE 2012 e a organização acadêmica da instituição participante e número de estudantes inscritos por cada uma delas, especificamente dos Cursos de Administração do Estado de Santa Catarina, primeiramente apresenta-se a estatística descritiva do estudo, com intuito de descrever e resumir o conjunto de dados utilizados³. A amostra foi composta por 86 (oitenta e seis) Cursos de Administração, abrangendo 53 (cinquenta e três) IES, conforme Quadro 1, que estão distribuídos em 54 (cinquenta e quatro) municípios do Estado.

QUADRO 1 - Instituição de Ensino Superior - IES envolvidas no estudo.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - IES	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
Fundação Universidade do Estado De Santa Catarina	Pública	Universidades
Universidade Regional de Blumenau	Pública	Universidades
Universidade do Oeste de Santa Catarina	Pública	Universidades
Centro Universitário de Brusque	Pública	Centros

³ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ENADE/resultados>. Acesso em 9 de nov. 2014.

		Universitários
Universidade Comunitária da Região De Chapecó	Pública	Universidades
Centro Universitário Municipal de São José	Pública	Centros Universitários
Faculdade Municipal de Palhoça	Pública	Faculdades
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	Privada	Centros Universitários
Universidade da Região de Joinville	Privada	Universidades
Universidade do Vale do Itajaí	Privada	Universidades
Universidade do Contestado	Privada	Universidades
Universidade do Extremo Sul Catarinense	Privada	Universidades
Universidade do Sul de Santa Catarina	Privada	Universidades
Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	Privada	Centros Universitários
Universidade do Planalto Catarinense	Privada	Universidades
Instituto Ensino Superior da Grande Florianópolis	Privada	Faculdades
Faculdade Borges de Mendonça	Privada	Faculdades
Instituto Superior Tupy - IST	Privada	Faculdades
Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis	Privada	Faculdades
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Privada	Centros Universitários
Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior	Privada	Faculdades
Centro Universitário Estácio De Sá De Santa Catarina	Privada	Faculdades
Faculdade Cenecista De Joinville - Face	Privada	Faculdades

Faculdade Decisão	Privada	Faculdades
Faculdade Energia de Administração e Negócios	Privada	Faculdades
Instituto Blumenauense de Ensino Superior	Privada	Faculdades
Escola Superior de Criciúma - Esucri	Privada	Faculdades
Faculdade de Itapiranga	Privada	Faculdades
Faculdade Metropolitana de Guaramirim	Privada	Faculdades
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	Privada	Faculdades
Faculdade Capivari	Privada	Faculdades
Faculdade Sinergia	Privada	Faculdades
Faculdade Avantis	Privada	Faculdades
Faculdade Metropolitana de Blumenau	Privada	Faculdades
Faculdade União Bandeirante	Privada	Faculdades
Instituto de Ensino Superior Santo Antônio	Privada	Faculdades
Faculdade do Vale Do Itajaí Mirim	Privada	Faculdades
Faculdade Empresarial de Chapecó	Privada	Faculdades
Faculdade Fae Blumenau	Privada	Faculdades
Faculdade Concórdia	Privada	Faculdades
Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina	Privada	Faculdades
Faculdade do Litoral Catarinense	Privada	Faculdades
Faculdade Pinhalzinho	Privada	Faculdades
Faculdade SOCIESC	Privada	Faculdades
Centro Universitário Facvest	Privada	Centros Universitários
Faculdade Metropolitana De Rio Do Sul	Privada	Faculdades
Centro Universitário Barriga Verde	Privada	Centros

		Universitários
Faculdade Ação	Privada	Faculdades
Faculdade Regional Palmitos	Privada	Faculdades
Faculdade Porto das Águas	Privada	Faculdades
Faculdade Metropolitana do Planalto Norte	Privada	Faculdades
Faculdade Anhanguera de Joinville	Privada	Faculdades
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	Privada	Universidades

Fonte: INEP, 2014.

ENADE sob o ângulo da gestão

Considerando os 86 cursos de Administração, foram inscritos 9.132 alunos para a realização do ENADE 2012, dos quais 7.752 compareceram (85%). A Tabela 1 apresenta o número de participantes pela organização acadêmica e a representação em cada categoria.

TABELA 1 – Número de participantes no ENADE 2012.

Organização Acadêmica	Participantes	%
CENTROS		
UNIVERSITÁRIOS	1.610	20,8%
FACULDADES	2.646	34,1%
UNIVERSIDADES	3.496	45,1%
Total Geral	7.752	100,0%

Fonte: INEP, 2014.

Quanto a distribuição de IES por organização acadêmica, destaca-se que cerca de 45% das instituições de ensino participantes são universidades; 34% são faculdades e quase 21% são centros universitários. Quanto à categoria administrativa, aponta-se que 13% é classificada como pública e 87% como privada.

É importante destacar que esta classificação é oriunda da base de dados do INEP e que dentre as 7 (sete) IES classificadas como públicas 3 (três) possuem organização

acadêmica híbrida, ou seja, natureza pública de direito privado e não recebem investimentos do Governo Federal, Estadual e/ou Municipal.

Foi realizada a análise de variância com intuito de comparar as médias de diferentes populações para verificar se essas populações possuem médias iguais ou não. A técnica permitiu a comparação dos grupos de forma simultânea e utilizada para verificar se as diferenças amostrais observadas são reais (causadas por diferenças significativas nas populações observadas) ou casuais (decorrentes da mera variabilidade amostral).

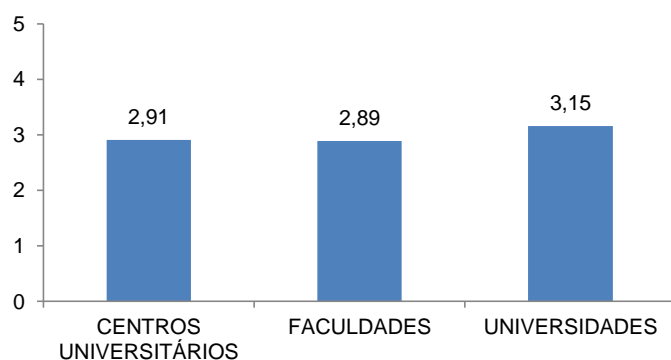
Na tabela 2 apresentam-se as estatísticas descritivas do teste estatístico ANOVA e na Figura 1 média do conceito ENADE por organização acadêmica.

TABELA 2 – Estatística descritiva.

Descritivos								
Conceito Enade (Faixa)	N	Média	Desvio Padrão	Erro Padrão	Intervalo de confiança de 95% para média		Mínimo	Máximo
					Limite inferior	Limite superior		
CENTROS UNIVERSITÁRIOS	11	2,91	,701	,211	2,44	3,38	2	4
FACULDADES	35	2,89	,900	,152	2,58	3,19	2	5
UNIVERSIDADES	39	3,15	,745	,119	2,91	3,40	2	5
Total	85	3,01	,809	,088	2,84	3,19	2	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

FIGURA 1 – Média do Conceito ENADE por organização acadêmica.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Cabe destacar que as médias no conceito ENADE foram semelhantes nos três tipos de formação acadêmica, porém as universidades tiveram média levemente superior às

demais. Por isso, para verificar se esta diferença é significativa, recorreu-se ao teste ANOVA.

TABELA 3 – Teste de Homogeneidade de Variâncias.

Conceito ENADE (Faixa)			
Estatística de			
Levene	df1	df2	Sig.
,611	2	82	,545

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O Teste de Homogeneidade de Variâncias permitiu verificar se as variâncias são homogêneas do conceito ENADE entre os três grupos (organizações acadêmicas). Como o valor-p do teste (Sig. na tabela) foi maior que 0,05 não se pode rejeitar a hipótese de que os dados possuem variância homogênea. Este é um requisito para a realização do teste ANOVA, conforme Tabela 4.

TABELA 4 – Teste ANOVA.

ANOVA

Conceito ENADE (Faixa)					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Entre Grupos	1,459	2	,730	1,118	,332
Nos grupos	53,529	82	,653		
Total	54,988	84			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O teste ANOVA não foi significativo (valor-p=0,332), indicando que as médias do conceito ENADE entre as organizações não pode ser considerada estatisticamente significativa, com nível de significância de 5%. Logo, considerando a hipótese de que a organização acadêmica universidade impacta positivamente no conceito ENADE, pelo teste ANOVA observou-se que esta hipótese não pode ser aceita, pois há evidências estatísticas de que não há diferenças significativas no resultado do ENADE entre os três tipos de organização acadêmica.

Prosseguindo nas análises, adotou-se o coeficiente de correlação de Pearson para verificar a medida do grau de relação linear entre as variáveis quantitativas. Este coeficiente varia entre os valores -1 e 1, sendo o valor 0 (zero) indicação de que não há relação linear, o valor 1 indica que há uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita mas inversamente, ou seja quando uma das variáveis aumenta a outra diminui. Em suma, quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis (HAIR ET AL., 2005). A Tabela 5 traz os resultados da verificação da correlação de Pearson com as variáveis número de estudantes participantes no ENADE 2012 e o Conceito do ENADE.

TABELA 5 – Correlação de Pearson

Correlações			
		Número de Estudantes Participantes	Conceito ENADE (Faixa)
Número de Estudantes Participantes	Correlação de Pearson	1	,033
	Sig. (2 extremidades)		,765
	N	86	85
Conceito ENADE (Faixa)	Correlação de Pearson	,033	1
	Sig. (2 extremidades)	,765	
	N	85	85

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O coeficiente de correlação de Pearson entre as variáveis “número de alunos participantes” e “conceito ENADE” foi $r=0,033$ com valor- $p= 0,765$; ou seja, não há correlação entre estas duas variáveis. Nesse sentido, a hipótese de que o número de alunos concluintes elevado impacta negativamente no conceito ENADE foi rejeitada, pois não há evidências estatísticas de que o número de alunos concluintes elevado impacta de forma negativa no conceito ENADE, pois estas variáveis não estão correlacionadas.

Com objetivo de prever a que categoria a unidade amostral estudada pertence, realizou-se uma análise discriminante de algumas variáveis. No caso aqui estudado se quer construir um modelo matemático com as variáveis dependentes “nota da formação geral da IES”, “nota componente específico da IES” e “número de alunos participantes da IES” que possa, conforme os resultados obtidos nestas variáveis, classificar corretamente a instituição de ensino quanto à variável independente organização acadêmica (universidade, faculdade e centro universitário).

O primeiro teste desta análise é o de igualdade de médias dos grupos, que visa identificar quais variáveis tem maior poder discriminador para os grupos em estudo. A variável com menor valor na estatística Wilk's Lambda é a mais discriminadora. Também é apresentado o teste F-ANOVA, que auxilia na interpretação e avaliação do teste anterior, apresentando o nível de significância de cada variável, que sendo inferior a 0,05, indica diferença significativa entre os grupos naquela variável.

TABELA 6 – Teste de igualdade de médias de grupo.

Testes de igualdade de médias de grupo					
	Lambda de Wilks	Z	df1	df2	Sig.
Nota Formação Geral	,995	,221	2	82	,802
Nota Componente Específico	,969	1,291	2	82	,280
Número de Estudantes Participantes	,967	1,404	2	82	,251

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Analisando a significância do teste (ou valor p), nenhuma variável foi significativa, ou seja, $p > 0,05$. Quanto às funções canônicas, a Tabela 8 mostra as funções discriminantes geradas nesta análise. A primeira função tem autovalor 0,043 e representa 58,8% da variância explicada em termos de diferença entre os grupos. São formadas duas funções, pois temos 3 (três) grupos na análise, considerando sempre o número de grupos menos um (HAIR ET AL., 2005).

TABELA 7 – Funções Discriminantes Canônicas

Valores próprios				
Função	Autovalor	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	,043 ^a	58,8	58,8	,202
2	,030 ^a	41,2	100,0	,170

a. As primeiras 2 funções discriminantes canônicas foram usadas na análise.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Tabela 8 apresenta o teste que verificou as significâncias das funções discriminantes, por meio da estatística de teste Lambda de Wilks (análise de variância multivariada - MANOVA). Pelo teste concluiu-se que nenhuma função é estatisticamente significativa, pois o p-value (Sig.) foi $>0,005$ (HAIR ET AL., 2005).

TABELA 8 – Teste Lambda de Wilks.

Lambda de Wilks				
Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1 até 2	,932	5,748	6	,452
2	,971	2,375	2	,305

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Cabe salientar que os resultados apresentados até então indicam que a análise não terá poder discriminante. Complementando a análise, a Tabela 9 traz os coeficientes padronizados das funções discriminantes. Normalmente, as variáveis com maior valor absoluto são as que mais contribuem para o poder discriminante de uma função.

TABELA 9 – Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizados
Coeficientes de funções discriminantes canônicas padronizados

	Função	
	1	2
Nota Formação Geral	,448	-,308
Nota Componente Específico	-1,060	,773
Número de Estudantes Participantes	,661	,755

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Com intuito de realizar uma classificação, a Tabela 10 traz informações sobre os coeficientes, não tendo qualquer interpretação discriminativa.

TABELA 10 – Coeficientes de função de classificação**Coeficientes de função de classificação**

	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA		
	Centros		
	universitários	Faculdades	Universidades
Nota Formação Geral	3,737	3,675	3,411
Nota Componente Específico	1,022	1,134	1,743
Número de Estudantes Participantes	,008	,004	,004
(Constante)	-8,527	-6,940	-7,667

Funções discriminantes lineares de Fisher

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Tabela 11 apresenta o resultado da classificação que envolveu a variável “organização acadêmica”, apresentando a classificação original da IES e a classificação da mesma através da análise discriminante.

TABELA 11 – Coeficientes de função de classificação**Resultados da classificação^a**

	Original	Contagem	Organização Acadêmica	Associação ao grupo prevista			Total
				CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	UNIVERSIDADES	
			CENTROS UNIVERSITÁRIOS	1	5	5	11
			FACULDADES	0	20	15	35
			UNIVERSIDADES	0	13	26	39
		%	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	9,1	45,5	45,5	100,0
			FACULDADES	,0	57,1	42,9	100,0
			UNIVERSIDADES	,0	33,3	66,7	100,0

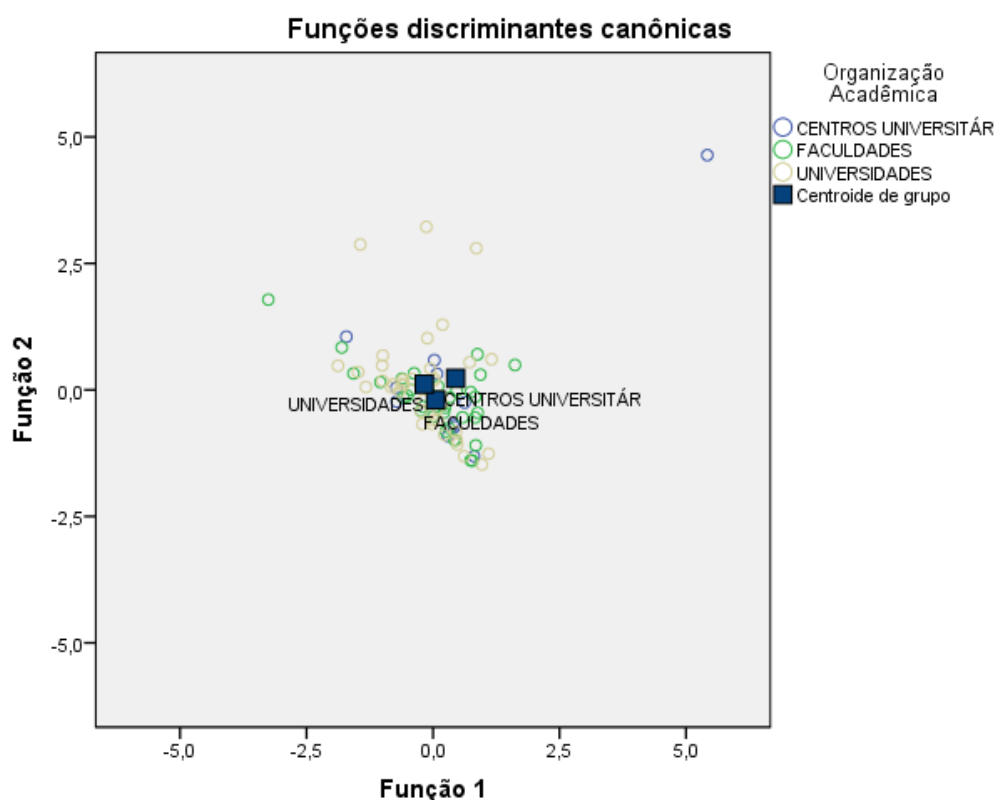
a. 55,3% de casos agrupados originais classificados corretamente.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No grupo 1, dos 11 Centros Universitários, apenas 1 foi classificado corretamente pelas funções discriminantes aplicadas nos fatores envolvidos na análise (9,1% de precisão). No grupo 2, o aproveitamento foi de 57,1%. No grupo 3, o aproveitamento foi de 66,7%. Ao todo 55,3% dos casos foram classificados corretamente, o que caracteriza

um baixo índice de acerto. O grupo melhor previsto foi o das universidades. Os centroides de cada grupo são apresentados na Figura 2.

FIGURA 2 – Centroides de cada grupo.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O teste *T-Student*, assim como a ANOVA, testa diferenças das médias entre grupos, só que para dois grupos IES públicas e privadas. Foi testado se houve diferença de desempenho entre os dois tipos de categoria administrativa das instituições de ensino, conforme Tabela 12.

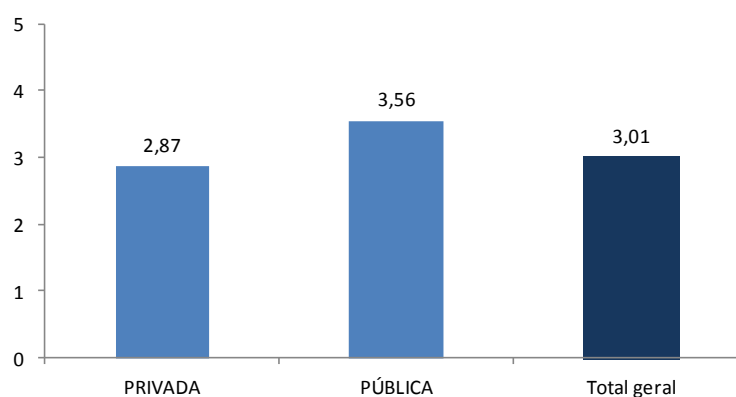
TABELA 12 – Cálculo das médias entre IES públicas e privadas.

Estatísticas de grupo					
Categoria Administrativa		N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Conceito Enade (Faixa)	PRIVADA	67	2,87	,776	,095
	PÚBLICA	18	3,56	,705	,166

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com a Figura 3, a média do conceito ENADE foi maior nas instituições públicas. Para verificar se esta diferença é significativa, procederemos ao *teste t-Student* para amostras independentes, conforme Tabela 13.

FIGURA 3 – Conceito ENADE por categoria acadêmica.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

TABELA 13 – Teste *t-Student*.

		Teste de amostras independentes									
		Teste de Levene para igualdade de variâncias		teste-t para igualdade de Médias							
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença		
									Inferior	Superior	
Conceito Enade (Faixa)	Variâncias iguais assumidas	,142	,707	-3,409	83	,001	-,690	,202	-1,092	-,287	
	Variâncias iguais não assumidas			-3,606	29,097	,001	-,690	,191	-1,081	-,299	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O teste foi significativo (valor- $p < 0,01$). Isto quer dizer que rejeita-se a hipótese de igualdade de médias entre os dois grupos. O desempenho das instituições de ensino públicas foi significativamente maior do que o desempenho das instituições de ensino privadas, com nível de significância de 5%. Assim pode afirmar que a hipótese de que o desempenho no conceito ENADE é maior nas IES públicas, pois há evidências estatísticas.

Considerações finais

As questões apresentadas neste estudo se fundamentaram no crescimento sem controle do ensino superior no Brasil, no elevado número de matrículas, na mercantilização do ensino pelos grupos de investidores, na insegurança dos professores em função da

formatação do vínculo docente nas IES privadas, como fonte de instabilidade motivacional dos estudantes que realizam a prova do ENADE. A partir desses aspectos, analisaram-se variáveis tidas como de gestão, com intuito de medir prováveis impactos no conceito ENADE.

Considerando que as universidades despendem maiores investimentos no ensino da graduação e produzem mais pesquisas e projetos práticos, em função do tripé ensino, pesquisa e extensão, levantou-se a hipótese de que a organização acadêmica universidade impacta positivamente no conceito ENADE, ou seja, que seus estudantes têm um desempenho maior do que os estudantes de centros universitários e faculdades. De acordo com os resultados obtidos pelo teste ANOVA, observou-se que não há diferenças significativas no resultado do ENADE entre os três tipos de organização acadêmica. Deste modo pode-se afirmar que os estudantes oriundos de universidade não apresentam melhor desempenho no exame.

Outra análise teve embasamento no crescimento das matrículas no ensino superior, que poderia estar impactando na sala de aula em função do número de alunos e da motivação dos professores, que se apresentam como mais inseguros devido à instabilidade. A partir deste contexto pesquisou-se se o número de alunos concluintes elevado impacta negativamente no conceito ENADE e concluiu-se que não há evidências estatísticas de que o número de alunos concluintes elevado impacta de forma negativa no conceito ENADE.

Uma questão amplamente discutida no meio acadêmico, diz respeito ao perfil dos estudantes de IES públicas e privadas, com destaque de que os cursos de IES públicas tem melhor desempenho no ENADE. Ao testar esta possibilidade, encontrou-se evidências estatísticas de que o desempenho das instituições de ensino públicas é significativamente maior do que o desempenho das instituições de ensino privadas, neste caso com nível de significância de 5%.

Como limitação do estudo destaca-se a constituição da base de dados da pesquisa não permitiu a aplicação de testes diversificados de análise multivariada. A aplicação da análise discriminante foi selecionada mesmo não se apresentando como um bom modelo de predição em virtude do poder discriminante ser 55,3%.

Referencias

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C.. Para uma História da Avaliação da Educação Superior Brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, v. 13, n. 1, mar. 2008.

BRASIL. Decreto no 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mai. 2006. p.6, c.1. Disponível em URL:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm.

_____. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3-4. Disponível em URL:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 40 de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 2007. Seção 1, p. 39. Disponível em URL:

http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf.

CORREA, Marianna. BERVIAN. Luciana Merlin. **O ENADE na área da administração: uma análise sobre a concepção das provas nos ciclos avaliativos de 2006, 2009 e 2012**. ENANGRAD, 2014.

DIAS SOBRINHO, J.; BRITO, M.R.F. *La educación superior en Brasil: principales tendencias y desafíos*. **Avaliação**, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2014. Disponível em URL: site

<http://portal.inep.gov.br/enade/resultados>.

_____. Portaria nº 117, de 28 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 ago. 2006. Seção 1, p. 21. Disponível em URL:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/674428/pg-21-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-08-2006>.

_____. Portaria nº 122, de 24 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2009. Seção 1, p. 18-19. Disponível em URL:

http://download.inep.gov.br/download/enade/2009/Portaria_Diretrizes_2009_Administracao.pdf.

_____. Portaria nº 201, de 22 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2011. Seção 1, p. 14. Disponível em URL:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2012/diretrizes/diretrizes_areas_bacharelado/diretrizes_administracao_n_201.pdf.

MARTINS, C. B. . A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 106, jan.-abr. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em URL:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14153&Itemid=. Acesso em 08 jan. 2015.

PRATES, Antônio Augusto Pereira; SILVA, Matheus Faleiros; PAULA, Túlio Silva de. Natureza administrativa das instituições de Ensino Superior, gestão organizacional e o acesso aos postos de trabalho de maior prestígio no mercado de trabalho. **Soc. estado**. 2012, vol. 27, n. 1, p. 25-44.

ZANDAVALLI, C. B.. Avaliação da Educação Superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação**, v. 14, n. 2, jul. 2009.